

ACTA Nº 3/2017

--*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Chamusca, realizada no dia vinte e sete de abril de dois mil e dezassete no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho em Chamusca.* -----

--*Aos vinte e sete dias, do mês de abril de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, realizou-se a **Sessão Ordinária**, da Assembleia Municipal de Chamusca, sob a presidência do Senhor Dr. Francisco José Velez, tendo como primeiro Secretário o Senhor Pedro Miguel Martins Braz e segundo Secretário a Senhora Dra. Alexandra Isabel Pratas Dias, convocada nos termos do nº 1, do artigo 27º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a dezassete de abril de dois mil e dezassete, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:* -----

-----**DOCUMENTOS / INFORMAÇÃO/ CONHECIMENTO**-----

-- **1. Relatórios de Atividades do Executivo Municipal Relativos aos Meses de Fevereiro e Março de 2017 – Apreciação;** -----

-----**DOCUMENTOS / APROVAÇÃO**-----

--**2 – Contabilidade – Prestação de Contas do Ano de 2016 – Apreciação e votação;** -----

--**3 – Contabilidade – I Revisão Orçamental de 2017 – Apreciação e votação;** -----

--**4– Abertura de Procedimentos Concursais – Contratos de Trabalho por Tempo Indeterminado (Assistentes Operacionais) – Apreciação e votação;** -----

--**5 – Parecer Prévio Vinculativo para Renovação de Contrato de Prestação de Serviço na Modalidade de Avença de um Técnico Superior (Serviço de Psicologia na CPCJ) –**

Apreciação e votação; -----

--6 – *Prévia Autorização de Assunção de Compromisso Plurianual ao Abrigo da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (LCPA) para Prestação de Serviços de Suporte Preventivo e Proactivo na Manutenção de Sistemas (Serviço de Informática) – Apreciação e votação;*

--7 – *DUPOA: Processo nº 19/10; E/90 – Reconhecimento de Interesse Municipal – Regularização de Estabelecimento Industrial de Exploração Florestal, Fabrico e Comércio de Carvão, sito no Arripiado Freguesia da Carregueira – Apreciação e votação;* -----

--8 – *Protocolos de Colaboração Administrativa e Financeira:* -----

--a) *Protocolo de Cooperação nº 12/2017 a celebrar entre Município da Chamusca e Slalom Clube de Portugal (Apoio Logístico na Preparação e Organização de Prova de Perícia a Realizar dia 28 de Maio de 2017) – Apreciação e votação;* -----

--b) *Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 54/2017 a celebrar entre Município da Chamusca e Pára Clube Nacional “Os Boinas Verdes” – Taça Nacional de Para-quedismo / Prova de Precisão de Aterragem na Chamusca – Apreciação e votação;* -----

--c) *Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 55/2017 a celebrar entre Município da Chamusca e Santa Casa da Misericórdia de Chamusca – Cedência de uma Unidade de Pessoal a Meio Tempo (Assistente Operacional para a Área da Educação) – Apreciação e votação;* -----

--d) *Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 56/2017 a celebrar entre Município da Chamusca e União Desportiva de Chamusca – Cedência de Unidade de Pessoal (Técnico Superior na Área da Educação) – Apreciação e votação;* -----

- e) *Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 57/2017 a celebrar entre Município da Chamusca e Aconchego – Centro de Apoio Social de Vale de Cavalos – Cedência de Unidade de Pessoal (Assistente Operacional para a Área da Educação) – Apreciação e votação; -----*
- f) *Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 58/2017 a celebrar entre Município da Chamusca e Aconchego – Centro de Apoio Social de Vale de Cavalos – Cedência de Unidade de Pessoal (Assistente Operacional para a Área da Educação) – Apreciação e votação; -----*
- g) *Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 59/2017 a celebrar entre Município da Chamusca e Santa Casa da Misericórdia de Chamusca – Cedência de Unidade de Pessoal (Técnico Superior na Área da Educação) – Apreciação e votação; -*
- h) *Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 60/2017 a celebrar entre Município da Chamusca e CASULME – Centro de Apoio Social de Ulme – Cedência de duas Unidades de Pessoal a Meio Tempo (Assistentes Operacionais para a Área da Educação) – Apreciação e votação; -----*
- i) *Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 61/2017 a celebrar entre Município da Chamusca e Associação EH Toiro – Chamusca – Apoio à Organização de Eventos na Semana da Ascensão – Apreciação e votação; -----*
- j) *Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 62/2017 a celebrar entre Município da Chamusca e Santa Casa da Misericórdia de Chamusca – Apoio Financeiro para as Obras de Instalação de Módulos de Funcionamento do Jardim de Infância da Chamusca (Obras de requalificação/Ampliação Centro Escolar) – Apreciação e votação;*
- k) *Protocolo de Colaboração entre a Associação Dignidade e o Município da Chamusca*

– Materialização do Programa abem: Rede Solidária do Medicamento – Apreciação e votação. -----

-----PRESENCAS-----

--Procedeu-se à verificação das presenças dos eleitos que compõem a Assembleia Municipal de Chamusca, convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia nos termos do n.º 1, do artigo 27º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, dos 20 (vinte) elementos em efetividade de funções: 9 (nove) do PS – Partido Socialista; 6 (seis) da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, doravante “CDU” e 5 (cinco) da Coligação Mais e Melhor PPD/PSD – CDS-PP, doravante “Coligação Mais e Melhor”, verificaram-se as ausências comunicadas verbalmente ao Presidente da Mesa sem pedidos de substituição, dos eleitos José Joaquim de Jesus Braz e de Ana Cristina Frazão Costa da CDU e de Vânia Filipa Santos Jacinto que se fez substituir por Ana Filipa Mendes, PS, por escrito com os respetivos pedidos de substituição não estiveram presentes Manuel Tiago Neto Pestana Prestes substituído por Cândida Sofia Rodrigues Lino e João Nuno da Costa e Santos que se fez substituir por Nuno Miguel Fernandes Jesus, todos da Coligação Mais e Melhor. --

--Da Câmara Municipal de Chamusca esteve presente o Senhor Presidente da Câmara Dr. Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado, a Senhora Vice-presidente Dr.ª Cláudia Patrícia Alves Moreira e ainda os Vereadores Senhora Dr.ª Maria Manuela Luz Marques e o Senhor Vereador Francisco Manuel Petisca Matias. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--O Senhor Presidente da Assembleia inquiriu o Plenário sobre possíveis intervenções: --

--Joel Marques, PS, tomando a palavra que disse: -----

--“A primeira intervenção que quero ter, das três, é dar uma justificação porque

(S: 27.04.2017)

lamentavelmente no passado dia 25 de Abril a bancada do Partido Socialista não pode estar presente. Um problema com o Deputado que iria apresentar a nossa intervenção, do foro pessoal, que lamentavelmente, como já disse não pode estar presente. -----

--Obviamente que esta justificação é feita não porque poderá haver algum tipo de aproveitamento político, porque eu não acredito que qualquer uma das bancadas o fizesse porque nós já nos conhecemos há anos demais e já nos conhecemos pessoalmente bastante bem uns aos outros e sabemos que todos nós dentro desta casa cumprimos Abril desde o primeiro dia do ano até ao último e que não será, embora lamentavelmente, numa Sessão Solene onde não podemos estar presentes, mas como já disse e infelizmente hoje temos mais um exemplo de alguém que não pode vir por um problema pessoal, não nos podemos fazer representa. Só isso, só justificar à mesa porque entendo que era uma sessão nobre demais para não dar aqui uma justificação a esta Assembleia.” -----

--Fernando Garrido, pela bancada da Coligação Mais e Melhor, pediu o seguinte esclarecimento: -----

--“Senhor Presidente eu gostava que se houvesse alguém na sala que me esclarecesse, porque não sei até pode haver aqui alguma redundância porque não tive tempo também de obter alguma informação, mas a preocupação é comum e então que me perdoem. É assim, vi que no Bairro 1º de Maio há muita gente a tirar as chapas de lusalite e passei ao pé da escola e vi que as chapas são idênticas, alguma coisa foi feita, ou alguma análise à qualidade do ar, alguma coisa está a ser feita? A minha dúvida é só essa e precisava de ser esclarecido sobre isso.” -----

--Sobre o assunto o Senhor Presidente da Câmara respondeu que a Câmara Municipal já colocou essas questões ao Agrupamento de Escolas e a informação obtida foi que da parte

da DGES vai haver financiamento para algumas intervenções nas escolas e segundo o Diretor do Agrupamento a substituição das chapas de lusalite será uma delas. -----

--Novamente pela bancada do PS, Joel Marques apresentou uma preocupação e um pedido de ponto de situação, ambos relacionados com a Freguesia da Carregueira, assim: -----

--“A preocupação é que nas últimas duas semanas uma onda de pequenos furtos, como deve ser do conhecimento do Executivo, que tem vindo a aumentar e a colocar a população em alerta e com algum receio, pedir ao Executivo que possa tomar algumas diligências dentro desta área. -----

--A Segunda é um pedido de ponto de situação, já que a unidade de saúde familiar ficou sem um médico que dava resposta às Freguesias da Carregueira e Vale de Cavalos, entretanto a Junta de Freguesia, conforme também fizemos questão de dar conhecimento a esta Assembleia, demonstrou a sua preocupação para os ACES, a Dra. Diana respondeu dizendo para não nos preocuparmos que estaria um médico na “calha”, mas deverá, penso eu, haver mais alguma novidade a respeito e se houver para nós também sabermos se deveremos ou não continuar a pressionar ou o que é que o Executivo também entende desta matéria.” -----

--Usando da palavra o Senhor Presidente da Câmara relativamente à questão dos furtos principalmente de cobres e cães nas freguesias de Carregueira, Chamusca e Pinheiro Grande elucidou que em reunião com o Senhor Comandante do Posto da GNR da Chamusca ficou assente que iria haver um reforço na segurança principalmente nos campos, não sendo tarefa fácil dado o tamanho do Concelho e o escasso contingente. ----

--Sobre a área da saúde referiu a conversa que teve com a Dra. Diana, dizendo-lhe esta encontrar-se a fazer todos os esforços no sentido de que a médica que se foi embora seja

substituída a partir de maio colmatando assim esta carência na Carregueira e Vale de Cavalos. De momento e até lá estão a tentar suprimir esta falta com os médicos da USF.

--Referindo o Eleito Rui Pires, PS, que o assunto que vai expor está relacionado com alguma preocupação ambiental que já foi alvo da sua indagação em Março 2016, assim:-

--“Em face da informação obtida há um ano relativamente à instalação de infraestruturas de suporte de telecomunicações tomei conhecimento que a antena situada na Quinta no Nicho, junto à Escola sede do Agrupamento não estava licenciada e que o processo de licenciamento fora arquivado em 2004. -----

--Tendo em conta a recomendação da OMS para um especial cuidado na decisão de colocação de antenas junto de jardins-de-infância, escolas, hospitais e centros de saúde e que, mesmo em todas as situações, a decisão da localização passe pela discussão aberta entre o operador, as autoridades locais e o público. -----

--Tendo também em conta a Resolução 1815 do Conselho da Europa, aprovada em 2011, que apela aos Estados europeus para tomarem medidas no sentido de reduzir a exposição dos cidadãos a campos eletromagnéticos, sobretudo as crianças. -----

--Pergunto: -----

--a) Qual o ponto de situação do licenciamento dessa infraestrutura? -----

--b) Se a antena tem funcionado em 2016 e em 2017 e com que operador(es)? -----

--c) Quando foi efetuada a última medição de nível de intensidade de campos magnéticos (junto à escola) e se continua a ser dos mais elevados na Chamusca? -----

--d) Também sobre a situação do licenciamento das 3 antenas de telemóvel do mesmo processo de 2004, situadas em Ulme, Vale de Cavalos e Arripiado – se há antenas a funcionar nesses locais e se estão licenciadas?” -----

--O Senhor Presidente da Câmara explicou que dado os inúmeros processos existentes este escapou um pouco e que a resposta ao Eleito Rui Pires, PS, na altura foi dada atempadamente, assim como o respetivo conhecimento aos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

--Sobre o processo de licenciamento a resposta será por escrito, quanto à antena da Carregueira foi colocada uma nova torre da operadora NOS, porém não foi feita a escritura do terreno, na zona verde, porque o proprietário argumenta que o Município não tinha autoridade para permitir a instalação da antena naquele local e que deveria estar a receber dividendos do aluguer do espaço. Pelo que de momento a Câmara está em negociações com a Vodafone para que seja desmantelada a antena naquele local. O mesmo sucedeu em Vale de Cavalos contudo a situação foi ultrapassada uma vez que o terreno tinha sido expropriado aquando da reforma agrária apesar da renitência do proprietário que achava que a antena deveria estar num terreno dele para receber renda e não naquele expropriado que é do Município. -----

--Quanto às restantes questões, por serem mais do foro administrativo, serão devidamente respondidas por escrito, após informações dos serviços. -----

--Intervindo novamente o Eleito Rui Pires, PS, pedindo desculpa pela insistência disse: --

--“De fato em relação ao caso particular da antena que se encontra junto à escola, se calhar, dado a situação muito, muito particular pelo fato de não estar licenciada pelo menos no ano de dois mil e dezasseis quando o assunto foi levantado talvez exista essa informação já, se o processo de licenciamento avançou, se tem estado a funcionar, pelo menos em relação a essa antena que creio que a preocupação é maior”. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**DOCUMENTOS / INFORMAÇÃO/ CONHECIMENTO**-----

--1.Relatórios de Atividades do Executivo Municipal Relativos aos Meses de Fevereiro e Março de 2017 – Apreciação; -----

--O Senhor Presidente da Assembleia Municipal inquiriu o Plenário sobre eventuais questões ao Executivo sobre os relatórios, não achando necessidade da sua apresentação pois foram remetidos com antecedência suficiente para serem devidamente apreciados. --

--Assim e pedindo a palavra o Eleito Rui Pires, PS, citou: -----

--**“Talvez seja redundante pois na sessão de Fevereiro tínhamos um relatório que já incluía atividade desse mês, tal como no presente relatório (Fevereiro/Março), mas pergunta-se o que há de novo em relação às comissões / associações do Ecoparque? ----**

--Talvez também esteja relacionado, a que se deve a prestação de serviços/avenças de um engenheiro do ambiente desde jan 2017? Que tipo de trabalho realiza? -----

--O Senhor Presidente da Câmara explicou tratar-se de um estagiário PEPAL que à semelhança de outros, nomeadamente na área da Ação Social, Arquivo, Jurídico e arqueologia vai ser feito um contrato por um ano. Aquando da candidatura PEPAL a Câmara Municipal comprometeu-se, no caso de bom aproveitamento e apresentação de um projeto de um ano seriam contratados por igual período. Referiu ainda que com esta candidatura o Município obteve um retorno de setenta e três mil euros. -----

--Quanto à questão sobre o Eco Parque informou terem tido e continuado a ter reuniões da Comissão Administrativa da Associação do Eco Parque, de momento já existem catorze associados registados com os quais houve uma reunião no sentido de se desenvolver o Plano Estratégico para o Eco Parque. A Câmara já o apreciou e foi submetido novamente

para os associados para apurar a versão fina, posteriormente será remetido à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

-----DOCUMENTOS / APROVAÇÃO-----

--2 – Contabilidade – Prestação de Contas do Ano de 2016 – Apreciação e votação;

--O Senhor Presidente da Assembleia apresentou o ponto, não surgindo quaisquer intervenções, colocou-o diretamente à votação: -----

*-----Assim a **Prestação de Contas do Ano de 2016** foi **Aprovada** por unanimidade de presenças e em minuta para efeitos imediatos. -----*

--3 – Contabilidade – I Revisão Orçamental de 2017 – Apreciação e votação; -----

--Usando da palavra o Senhor Presidente da Câmara explicou que esta revisão visa a utilização do saldo de gerência anterior para acolher a inserção de novos projetos e o reforço de projetos já existentes, assim a nível da receita pretende-se a inclusão de duas novas rubricas, uma relacionada com Serviços Específicos das Autarquias – Outros e a segunda para as Reposições não abatidas nos pagamentos. -----

--Nas Extra GOP alguns reforços mais significativos particularmente os ajustamentos feitos nas dotações das despesas correntes ao orçamento, dos quais se destacam as despesas com pessoal e outros serviços. -----

--Quanto às Grandes Opções do Plano o que mais se destaca são as requalificações da zona ribeirinha do Arripiado, da EBI/JI – Centro Escolar da Chamusca, da rede viária, a conservação e requalificação de infraestruturas municipais, a aquisição de viaturas e máquinas. Referiu haver também a proposta de alteração da designação da GOP Aquisição de viaturas e máquinas para Aquisição de viaturas, máquinas e equipamentos.

--A título de nota justificativa esclareceu que em outubro aquando da definição de

(S: 27.04.2017)

prioridades para o Orçamento de dois mil e dezassete foi apreciado, pelo Executivo, um mapa que previa os reforços que estão aqui em proposta. -----

--Assim e nada mais ocorrendo foi a **I Revisão Orçamental de 2017** colocada à votação e **Aprovada** por unanimidade de presenças e em minuta para efeitos imediatos. -----

--4- Abertura de Procedimentos Concursais – Contratos de Trabalho por Tempo Indeterminado (Assistentes Operacionais) – Apreciação e votação;

--O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse tratar-se de uma proposta de abertura concursal dado a falta de trabalhadores, nomeadamente Assistentes Operacionais para a Autarquia, explicou, também, as áreas a colmatar e o respetivo número previsto das atuais necessidades. Esclareceu que os lugares estão previstos no mapa de pessoal para 2017 e devidamente cabimentados. -----

--Usando da palavra o Eleito Fernando Garrido, Coligação Mais e Melhor, disse que para a dado a seriedade do assunto e tendo consciência de que para muito do que está apresentado já se veem fazendo protocolos há muitos anos para colmatar este tipo de faltas, porém gostaria de ver um memorando da aplicabilidade da mão-de-obra de acordo que com as necessidades dos serviços de modo a não dar um aspeto eleitoralista por estarmos em ano de eleições. -----

--Esclareceu que o que lamenta é a não existência de um memorando de necessidades, não estando em causa a falta das pessoas, quer dizer é que havia muito mais “lisura” e tirava alguns aspetos que poderão ser considerados eleitoralistas, porque se houvesse de fato esse memorando saber-se-ia exatamente “**de onde é que vão, para onde é que vem, o que é que não foi feito e tinha essas coisas todas, era só isso.**” -----

--Não sobrevivendo quaisquer outras intervenções foi o ponto sobre **Abertura de**

Procedimentos Concursais – Contratos de Trabalho por Tempo Indeterminado (Assistentes Operacionais) colocado à votação e Aprovado por unanimidade de presenças e em minuta para efeitos imediatos. -----

--5 – Parecer Prévio Vinculativo para Renovação de Contrato de Prestação de Serviço na Modalidade de Avença de um Técnico Superior (Serviço de Psicologia na CPCJ) – Apreciação e votação; -----

--Nada ocorrendo o Ponto foi colocado à votação e Aprovado por unanimidade de presenças e em minuta para efeitos imediatos. -----

--6 – Prévia Autorização de Assunção de Compromisso Plurianual ao Abrigo da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (LCPA) para Prestação de Serviços de Suporte Preventivo e Proactivo na Manutenção de Sistemas (Serviço de Informática) – Apreciação e votação;

--O Senhor Presidente da Câmara explicou que este pedido se prende com a prestação de serviço de suporte preventivo e proactivo que dentro do sistema implantado no Município, com a modernização administrativa e com a circulação de dados necessita de ser reforçado. -----

--Foi de imediato a Prévia Autorização de Assunção de Compromisso Plurianual ao Abrigo da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (LCPA) para Prestação de Serviços de Suporte Preventivo e Proactivo na Manutenção de Sistemas (Serviço de Informática) colocada à votação e Aprovada por unanimidade de presenças e em minuta para efeitos imediatos. -----

--7 – DUPOA: Processo nº 19/10; E/90 – Reconhecimento de Interesse Municipal – Regularização de Estabelecimento Industrial de Exploração Florestal, Fabrico e Comércio de Carvão, sito no Arripiado Freguesia da Carregueira – Apreciação e

votação; -----

--O Senhor Presidente referiu ser um processo em que o requerente, ao abrigo do Decreto-lei 165/2014, vem solicitar à Assembleia Municipal que seja reconhecido o Interesse Municipal da sua unidade industrial, mais propriamente fornos de carvão. -----

--Resumidamente é um processo que tem vindo a decorrer desde o início do mandato, pelo menos o requerente pediu o acompanhamento do caso dado que ele queria fazer a requalificação dos fornos, requalificação e ampliação que foi aprovada pelo anterior executivo porém nunca houve licenciamento para essa unidade. -----

--Tudo isto apenas permite que o espaço onde está instalada a indústria, depois de analisado pela CCDRLVT, possa ser considerado um espaço industrial, contudo com as características do Arripiado e dentro PROT é o único local considerado como área de vocação turística e com tudo o que se tem vindo a trabalhar para a Aldeia do Arripiado o Executivo Municipal deliberou não reconhecer o interesse municipal. -----

--Por fim esclareceu que foi presente por se tratar de uma competência da Assembleia Municipal no entanto o Executivo considera que deve ser votado contra. -----

--Joel Marques, PS, mencionou: -----

--“Só para lamentar todo o processo que nos traz aqui. -----

--Nós estamos a falar de uma família, de uma família que cria, penso eu, três postos e trabalho e depois teremos de decidir não com o coração mas com a razão, lamentavelmente penso que houve aqui algum tipo de ilusão, ou que se criou alguma expectativa a estas pessoas que poderiam estar ali instaladas ao longo dos anos e é triste chegarmos aqui nós, embora com toda a competência e legitimidade, e estarmos a definir o que poderá ser ou não o futuro de uma família. -----

--Obviamente que também me questiono, mas isso é a minha leitura, se este processo que é administrativo deveria passar ou não pela votação nesta Assembleia, até porque foi reprovado por unanimidade no Executivo Municipal, mas isso são leituras jurídicas que não me atrevo tão pouco a entrar nesse tipo de discussões, mas para resumidamente e baseando-nos unicamente nos pareceres, quer no parecer do Município, quer do parecer fundamentalmente da CCDR e considerando todo o prejudicial que representa para a população esta instalação desta unidade e também o que nos poderá retirar de futuro do potencial da Aldeia do Arripiado a Bancada do PS vai votar contra este pedido de reconhecimento de interesse municipal. -----

--Reiterar mais uma vez que não é de ânimo leve que esta votação vai ser feita porque trata-se de uma família, trata-se de uma família que penso que praticamente todos nós conhecemos, trabalhadores e agora a sua vida será transformada radicalmente.” -----

--Da CDU, Miguel Silva, disse: -----

--“Faço minhas, pessoalmente, as palavras do meu colega da Assembleia Joel Marques, é um caso delicado, é uma micro empresa que funciona num sítio onde já existem poucas empresas deste tipo, é de uma família que estamos a falar, reconhecemos o parecer, entendemos o parecer, deixo aqui o pedido para que o que poderá ainda ser feito ou o que é que poderá ser discutido com esta empresa, que alternativas se poderão arranjar, ou voltar outra vez à mesa das negociações para que esta empresa não tenha que fechar e estas pessoas não fiquem sem emprego, é uma atividade ligada à floresta.” -----

--Usando da palavra Rui Pires, PS, referiu: -----

--“Em relação a este assunto que parto já do princípio que não acompanhei desde o início porque não me recordo do assunto ter sido tratado aqui na Assembleia ou noutra

ponto de algum órgão municipal onde eu estivesse presente ou tivesse conhecimento e portanto pondo de lado essa situação e essas informações que eu não tenho, eu também tenho que começar por dizer que o meu sentido de voto, que pelos vistos não será o mesmo daquilo que já foi aqui dito em relação à bancada do PS digo desde já, o sentido de voto também se baseia na razão e na razão com base na informação que me é transmitida pelo parecer e pela informação que recebi. -----

--Por exemplo situações como esta que o Senhor Presidente acabou de referir de que houve uma reunião onde foi proposto um terreno alternativo no Eco Parque do Relvão não consta da informação é algo que foi aqui agora revelado e portanto não consta desta informação, depois também tenho a dizer o seguinte não diz aqui no historial que é feito, há quanto tempo é que funciona a empresa e que processos é que já decorreram na Autarquia, portanto como é que eu vou tomar uma decisão sem ser com base na informação quem me transmitem, como é que vou deduzir não conhecendo outros elementos que pelos vistos estão na posse da Autarquia e que seriam importantes neste processo e estes são uns deles: há quanto tempo é que funciona, que processos é que decorreram? -----

--Porque pelos vistos já houve um processo em 2012 que eu descobri porque fui à procura das atas das reuniões anteriores e descobri que em 2012 membros presentes aqui, agora na presidência da Câmara e na vereação, votaram a favor de um processo de ampliação, quer dizer agora as mesmas pessoas depois deste tempo todo a conversar com o empresário tem uma opinião contrária baseada em planos estratégicos para o Arripiado pelo que eu percebi. Mas essa informação também não está aqui e quando é que foi a ultima vez que os técnicos da Autarquia visitaram o local e com que

apreciações, é que nessa reunião o que está escrito em 2012 não é nada de negativo são só informações positivas sobre o funcionamento dessa atividade e portanto agora é uma questão de nós confiarmos no que alguém diz porque estar aqui escrito e servir de razão para tomar uma decisão não há e isso de fato preocupa-me.

--Portanto eu vou basear o meu sentido de voto partindo do princípio que é difícil negar logo à partida o direito legítimo de uma empresa querer melhorar a sua atividade e gerar mais emprego e riqueza aproveitando uma oportunidade extraordinária do regime excecional quase a caducar, portanto esta é uma oportunidade única que a empresa tem de melhorar e eu não tenho elementos suficientes e esclarecedores para votar contra o reconhecimento que me é pedido.” -----

--Miguel Silva, CDU, perguntou se a Assembleia irá votar o parecer ou o pedido de reconhecimento. -----

--O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu ser o pedido de reconhecimento e acrescentou. -----

--Que como todos devem compreender os pontos da ordem de trabalhos são exposto pelo Executivo, o que é natural e sempre assim foi, e os eleitos confiam sempre naquilo que lhes é presente, até porque por norma todos os pontos já passaram pelo Executivo. Embora julgue que o procedimento está errado desde o princípio irá contudo pô-lo à consideração do Plenário, porém se compete a um dos Órgãos Municipais surge uma questão de interpretação e há pessoas destes órgãos que ainda não compreenderam o que é uma coisa ou outra, por isso muitas vezes se fala erradamente em nome do Município. É que o Município tem dois órgãos, dois presidentes. Sobre o presente requerimento é sincero e admite que não o leu pois a sua atenção recaiu mais sobre um ponto de extrema

importância para a vida do Município que é a prestação de contas. E o que acontece é que houve um requerimento sobre uma competência que é da Assembleia Municipal, nem sequer é da Câmara Municipal, então o mesmo deveria ser dirigido a quem de direito, sendo que neste caso deveria ser dirigido ao Presidente da mesa Assembleia Municipal que após conversar com os seus colegas da mesa e convocaria os líderes de bancada, como noutros casos, para que se tomasse uma posição e começasse a debater e analisar os documentos. -----

--Em sua opinião e se houver tempo para isso o ponto seria retirado da Ordem de trabalhos para poder ser devidamente estudado. -----

--Pedindo a palavra o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a circular 77/2016 da ANMP refere que o período excepcional para regularização deste tipo de indústria seria até julho e que cita claramente que a Câmara Municipal recebe o requerimento sobre o qual solicita informações aos serviços, de modo a saber se está de acordo com os instrumentos de gestão territorial, se está conforme ou não, findo o processo submete à Assembleia Municipal, órgão que tem competência para declarar ou não este pedido de reconhecimento de interesse municipal. -----

--Rui Pires, PS, reforçou que o ofício da ANMP refere que a data final de regularização de empresas passou do dia dois de janeiro de dois mil e dezassete para o dia vinte e quatro de julho de dois mil e dezassete. -----

--O Senhor Presidente da Assembleia declarou sem efeito a sua proposta de retirada do ponto da Ordem de Trabalhos. -----

*--Não surgindo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou o citado pedido à votação o qual foi **Reprovado** com dezasseis votos contra (quatro da CDU, oito*

do PS e quatro da Coligação Mais e Melhor) e duas abstenções dos eleitos Rui Pires; PS e Cândida Lino, Coligação Mais e Melhor. -----

--Foi apresentada a seguinte **Declaração de Voto** por parte do Eleito Rui Pires, PS: -----

--“Com base na falta de informação referida é difícil negar logo à partida o direito legítimo de uma empresa querer melhorar a sua atividade e gerar mais emprego e riqueza aproveitando uma oportunidade extraordinária do regime excepcional quase a caducar.” -----

--8 – **Protocolos de Colaboração Administrativa e Financeira** – **Apreciação e votação;**-

--Antes do início da discussão da matéria constante do ponto oito Fernando Garrido, Coligação Mais e Melhor, começou por dizer: -----

--“Tem sido comum ao longo dos anos os protocolos e normalmente vêm da Câmara Municipal, vêm todos já mais que vistos e revistos mas eu gostaria de chamar a atenção e deixar aqui uma preocupação. -----

--Alguns têm sido feitos para alguns eventos que eu penso que no fim não se está a retirar, ou não se está transmitir o feedback e falo especificamente no mais recente, que se passou nas antigas instalações da Spalil, em que eu passei lá sete vezes e nunca vi mais de duas pessoas encostadas à rede ou seja havia os praticantes, os cavalos e aquilo tudo e nunca vi ninguém a ver ou seja acho que é importante da Câmara Municipal ter uma relação juro/capital entre o investimento que faz e aquilo que é retirado para a população, há coisas que eu morro ali ao pé e vejo que o evento acontece, mas acontece para os praticantes e ninguém lá vai, ninguém vai ver. Daí que seja extremamente importante não estarmos a aprovar por aprovar determinados protocolos e depois não se vê ninguém e eu pessoalmente, salvo a minha ignorância, há determinados eventos que

eu não vejo lá ninguém, nomeadamente este pode não ter sido aqui mas vou-vos falar noutros que já passaram anteriormente e não tenho, não tenho visto, que me perdoem a minha ignorância mas aquilo que eu constato.” -----

--Tomando a palavra Rui Pires, PS, disse: -----

--“Destino o meu interesse e tempo de preparação aos pontos obrigatórios da Assembleia, como por exemplo o anterior, como tal continuo a manter o meu sentido de voto em protocolos como aqueles que se apresentam no ponto oito.

Confio nas decisões tomadas pela Câmara quanto ao estabelecimento de protocolos na prossecução dos objetivos do Município e sobre os quais a Assembleia Municipal não teria que, sistematicamente, se pronunciar. Mas não me é possível focar tamanho conhecimento e atenção e acatar responsabilidades no que respeita à análise e apreciação de tão elevado número de protocolos, pelo que me abstenho em todas as alíneas do ponto 8.” -----

--Pedindo permissão para apresentar os protocolos todos seguidos, procedendo de imediato à sua votação parando exclusivamente caso surja algum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia passou a expô-los: -----

--a)Protocolo de Cooperação nº 12/2017 a celebrar entre Município da Chamusca e Slalom Clube de Portugal (Apoio Logístico na Preparação e Organização de Prova de Perícia a Realizar dia 28 de Maio de 2017) – Aprovado, por maioria de presenças, com duas abstenções dos Eleitos Rui Pires, PS e Fernando Garrido, Coligação Mais e Melhor.-

--b) Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 54/2017 a celebrar entre Município da Chamusca e Pára Clube Nacional “Os Boinas Verdes” – Taça Nacional de Para-quedismo / Prova de Precisão de Aterragem na Chamusca – Aprovado, por

maioria de presenças, com duas abstenções dos Eleitos Rui Pires, PS e Fernando Garrido, Coligação Mais e Melhor. -----

--c) *Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 55/2017 a celebrar entre Município da Chamusca e Santa Casa da Misericórdia de Chamusca – Cedência de uma Unidade de Pessoal a Meio Tempo (Assistente Operacional para a Área da Educação) – Aprovado, por maioria de presenças, com uma abstenção do Eleito Rui Pires, PS. -----*

--d) *Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 56/2017 a celebrar entre Município da Chamusca e União Desportiva de Chamusca – Cedência de Unidade de Pessoal (Técnico Superior na Área da Educação) – Aprovado, por maioria de presenças, com uma abstenção do Eleito Rui Pires, PS. -----*

--e) *Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 57/2017 a celebrar entre Município da Chamusca e Aconchego – Centro de Apoio Social de Vale de Cavalos – Cedência de Unidade de Pessoal (Assistente Operacional para a Área da Educação) – Aprovado, por maioria de presenças, com uma abstenção do Eleito Rui Pires, PS. -----*

--f) *Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 58/2017 a celebrar entre Município da Chamusca e Aconchego – Centro de Apoio Social de Vale de Cavalos – Cedência de Unidade de Pessoal (Assistente Operacional para a Área da Educação) – Aprovado, por maioria de presenças, com uma abstenção do Eleito Rui Pires, PS. -----*

--g) *Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 59/2017 a celebrar entre Município da Chamusca e Santa Casa da Misericórdia de Chamusca – Cedência de Unidade de Pessoal (Técnico Superior na Área da Educação) – Aprovado, por maioria de presenças, com uma abstenção do Eleito Rui Pires, PS. -----*

--h) Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 60/2017 a celebrar entre Município da Chamusca e CASULME – Centro de Apoio Social de Ulme – Cedência de duas Unidades de Pessoal a Meio Tempo (Assistentes Operacionais para a Área da Educação) – Aprovado, por maioria de presenças, com uma abstenção do Eleito Rui Pires, PS. -----

--i) Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 61/2017 a celebrar entre Município da Chamusca e Associação EH Toiro – Chamusca – Apoio à Organização de Eventos na Semana da Ascensão – Aprovado, por maioria de presenças, com uma abstenção do Eleito Rui Pires, PS. -----

--j) Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 62/2017 a celebrar entre Município da Chamusca e Santa Casa da Misericórdia de Chamusca – Apoio Financeiro para as Obras de Instalação de Módulos de Funcionamento do Jardim de Infância da Chamusca (Obras de requalificação/Ampliação Centro Escolar) – Aprovado, por maioria de presenças, com uma abstenção do Eleito Rui Pires, PS. -----

--k) Protocolo de Colaboração entre a Associação Dignidade e o Município da Chamusca – Materialização do Programa abem: Rede Solidária do Medicamento – Aprovado, por maioria de presenças, com uma abstenção do Eleito Rui Pires, PS. -----

--O suporte digital encontra-se, como habitualmente no Gabinete da Assembleia Municipal para eventuais consultas e continuará a servir de apoio às atas, pelo que nas mesmas apenas se fará referências sumárias das intervenções realizadas durante o decorrer dos trabalhos. O suporte digital desta Sessão será denominado de Sessão Ordinária de Abril de 2017. -----

-

--Nada mais ocorrendo, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, da qual se lavrou a presente Ata que, conjuntamente com o Senhor Presidente da Mesa passo a assinar. -----
